



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 45/2018
Período: 08/12/2018 – 14/12/2018

GEDES – UNESP

- 1- Colunista comentou sobre a presença de militares no governo
- 2- Periódicos comentaram os 50 anos do AI-5
- 3- Costa e Silva conversou com embaixador norte-americano sobre AI-5
- 4- Futuro governo de Bolsonaro apresenta recorde de militares
- 5- Militares querem um oficial na presidência da Infraero
- 6- Temer comentou relações entre os militares, o governo e a reforma da Previdência
- 7- Secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro comentou assassinato da vereadora Marielle Franco
- 80- Submarino foi lançado na cidade do Rio de Janeiro

- 1- Colunista comentou a presença de militares no governo

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf afirmou que o Exército é a instituição que melhor conhece o país, desde aspectos geográfico, histórico e político, e está presente nos “quatro cantos” do território. O jornalista apresentou seu argumento através de ilustrações históricas como a queda do Império e a proclamação da República, a Coluna Prestes, o suporte ao governo Vargas na década de 1930 e a campanha militar na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Stumpf elogiou os militares por sua experiência internacional em missões de paz e cursos realizados em universidades estrangeiras. Por fim, em alusão ao tenentismo, afirmou que “ao que parece os sucessores dos tenentes chegaram ao poder. Com o antigo propósito: modernizar o país”. (*Correio Braziliense – Opinião – 08/12/18*)

=

- 2- Periódicos comentaram os 50 anos do AI-5

Os periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* realizaram conteúdos informativos sobre os 50 anos do Ato Institucional Número 5 (AI-5), emitido durante o regime militar (1964-1985) em 13 de dezembro de 1968, inaugurando a fase mais violenta do governo militar. De acordo com o *Correio*, o documento funcionava como um mecanismo, juridicamente estabelecido, contra qualquer forma de oposição, utilizando a intimidação pelo medo. A ferramenta fomentou a censura e atingiu filmes, peças, livros, jornais e canções. Em nome da segurança nacional, o Congresso Nacional e as

Assembleias Legislativas estaduais foram colocados em recesso. Os 12 artigos, 10 parágrafos e sete itens do documento davam ao presidente, à época o general Artur da Costa e Silva, poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto e julgar crimes políticos em tribunais militares. Segundo os periódicos, as consequências do AI-5 foram piores do que estava descrito em seu conteúdo. Entre as ocorrências, tortura, assassinatos e sequestros centralizaram as críticas, além de cerceamento das oposições, com perseguição a lideranças políticas, sindicais e de movimentos sociais. A *Folha* lembrou que para provar que a pessoa merecia ser punida, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão de assessoramento direto do presidente, utilizava informações produzidas pela repressão, como informes confidenciais realizados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de espionagem criado logo após o início do regime militar. Os informes eram feitos sem o conhecimento da pessoa sob investigação e, inclusive, consideravam informações não confirmadas, perpetradas por adversários políticos. Em entrevista para o *Correio*, o professor de ética e política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Roberto Romano, argumentou que o AI-5 funcionava como uma “chancela de segurança ao governo”. Para o professor, a censura não estava funcionando conforme o esperado, deste modo o Estado emitiu o documento para reafirmar seu direito de definir os limites de liberdade dos indivíduos. Em entrevista para o mesmo periódico, o professor do curso de História da Ditadura da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Hugo Studart Corrêa, considerou que na época em que o Ato foi emitido, os militares estavam convictos que essa era a única maneira de combater o que eles consideravam terrorismo. De acordo com *O Estado*, os dois generais eleitos nas eleições de outubro de 1964 pelo Partido Social Liberal (PSL) para a Câmara dos Deputados, Roberto Sebastião Peternelli Junior e Eliéser Girão Monteiro Filho, afirmaram que a adoção do AI-5 foi necessária diante da conjuntura da época, uma vez que o documento ajudou o governo brasileiro a manter a democracia e a se contrapor ao comunismo. *O Estado* lembrou ainda seu firme posicionamento contra o regime militar e as repressões e torturas sofridas por parte de seus funcionários. O AI-5 teve fim em 31 de dezembro de 1978, durante o governo do General Ernesto Geisel, em meio ao processo de abertura política. O regime militar, porém, resistiu por mais seis anos. Em entrevista para a *Folha*, o jornalista e escritor Zuenir Ventura afirmou que o AI-5 foi uma passagem da “ditadura disfarçada para a ditadura escancarada”, e que uma de suas maiores sequelas foi a autocensura, consequência da imposição da censura pelo AI-5. Segundo Ventura, existem poucas chances de passarmos por um novo AI-5, mas que “todo cuidado é pouco, principalmente quando temos um presidente [Jair Bolsonaro] que não acredita que houve um golpe em 1964 e que já disse que ‘o grande erro da ditadura foi torturar e não matar’”. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Marcos Augusto Gonçalves afirmou que o AI-5 gerou novas estratégias culturais e de comunicação frente à repressão, como o uso de metáforas, que mais tarde seriam “sinônimo de resistência e sobrevivência em tempos obscurantistas”. Segundo a *Folha*, para o professor de história da Universidade de São Paulo (USP) Marcos Napolitano, o AI-5 não foi proposto para contentar a linha dura do governo Costa e Silva, ao contrário do que afirmam muitos historiadores brasileiros. Napolitano defendeu que as medidas que constituem o AI-5 foram

convenientes também para a linha moderada das Forças Armadas, visto que não existiu uma separação entre os militares sobre o decreto, tendo sido um ponto de convergência durante uma crise que perturbava o poder das Forças. Este ponto de convergência foi essencial para a criação dos demais atos, entre eles o AI-13, de setembro de 1969, que estabeleceu que o Poder Executivo poderia "banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional". O posicionamento de Napolitano se opõe a outra versão acerca desse período que vem se estabelecendo nos últimos anos, segundo a qual a luta armada da esquerda só teria sido organizada após o AI-5. De acordo com o professor, já havia um projeto de guerrilha que antecede o decreto. Napolitano recordou ainda que no ano de 1968 houve atentados realizados pela extrema direita clandestina: "É o que chamamos de estratégia de tensão. Provoca-se um atentado para culpar o outro [no caso, a esquerda] e criar um clima de pânico na sociedade". (Correio Braziliense – Política – 09/12/18; Folha de S. Paulo – Poder – 09/12/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 10/12/18; Folha de S. Paulo – Poder – 13/12/18; Folha de S. Paulo – Ilustrada – 13/12/18; O Estado de S. Paulo – Política – 09/12/18; Folha de S. Paulo – Poder – 11/12/18)

3- Conversa de Costa e Silva com embaixador estadunidense sobre AI-5

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou uma conversa entre o então presidente militar Marechal Artur da Costa e Silva e o embaixador estadunidense no Brasil à época, John Tuthill. Na ocasião, Costa e Silva afirmou que o regime havia "sacrificado algumas coisas não fundamentais" com o Ato Institucional Número 5 (AI-5) para "preservar as fundamentais", e que o Brasil passava por uma "completa tranquilidade", com um retorno "ao estado de normalidade oportunamente". De acordo com o jornal, o governo dos Estados Unidos apresentava críticas ao AI-5, acompanhando com preocupação seus desdobramentos. Ademais, o embaixador afirmou que os EUA não desejavam "impor seu padrão a qualquer outro país". Costa e Silva culpou os setores de comunicação e a classe política que, segundo o militar, não queriam um entendimento e geravam dificuldades. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/12/18)

4- Futuro governo de Bolsonaro apresenta recorde de militares

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o número de militares no futuro governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, será maior do que os apresentados pelos presidentes do regime militar (1964-1985). Um levantamento realizado pela Biblioteca da Presidência da República que apresentou o número de oficiais que possuíam postos-chaves entre abril de 1964 e março de 1985, apontou que o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) teve cinco oficiais; o de Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) sete; e João Figueiredo (1979-1985) seis oficiais. No futuro governo de Bolsonaro, os cargos de primeiro escalão serão ocupados por nove militares: o general Fernando Azevedo e Silva, futuro Ministro de Defesa; general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional; general Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo; o almirante Bento Costa Lima Leite, futuro ministro de Minas e Energia; o capitão Tarcísio Freitas, na Infraestrutura; capitão Wagner Rosário, na Controladoria-Geral da União; o tenente-coronel Marcos Pontes no ministério da Ciência e Tecnologia e

a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), comandada pelo general Santa Rosa. (Correio Braziliense – Política – 11/12/18)

5- Militares querem um oficial na presidência da Infraero

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, militares que formarão o próximo governo querem que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) seja comandada pelo brigadeiro Hélio Paes de Barros Junior, atual diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). De acordo com o jornal, a articulação não é bem vista pelo futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, pois um militar no comando da Infraero poderia dificultar sua privatização. (O Estado de S. Paulo – Política – 13/12/18)

6- Temer comentou relações entre os militares, o governo e a reforma da Previdência.

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Michel Temer, comentou sobre a questão dos militares no futuro governo e no projeto da reforma da Previdência. Segundo o presidente, o governo pretende instaurar uma lei especial para o setor militar dentro do sistema previdenciário, pois “os militares têm todo um tratamento especial e uma conduta especial de natureza funcional. Então, é razoável que haja uma discriminação nessa base da correlação lógica”. Tal pensamento derivou de estudos entre os militares, envolvendo o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sérgio Etchegoyen, e comandantes das Forças Armadas. Além disso, Temer afirmou que não tem nenhuma “objeção” com o aumento de militares na política. O presidente comentou que tal acontecimento deve ser visto como uma forma de “acabar com essa separação entre militares e civis”. (Correio Braziliense – Política – 14/12/18)

7- Secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro comentou assassinato da vereadora Marielle Franco

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, afirmou que o assassinato da vereadora Marielle Franco resultou de uma ação de milicianos. O motivo teria sido a crença de que a vereadora estaria atrapalhando os negócios dos milicianos, que envolvia a grilagem de terras da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o general, o crime teria sido planejado desde o ano de 2017. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 15/12/18)

8- Submarino foi lançado na cidade do Rio de Janeiro

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o submarino S-40 Riachuelo, navio de tecnologia francesa modificado por brasileiros, entrou no dia 14/12/18 no Complexo Naval de Itaguaí, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. A cerimônia de inauguração do S-40 Riachuelo contou com a presença do presidente da República, Michel Temer, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e outras autoridades. O submarino é o primeiro de uma frota de quatro novos submarinos de ataque desenvolvidos pela Marinha brasileira. De acordo com o periódico, o novo equipamento da Marinha faz parte de um programa de capacitação da força naval, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), iniciado no ano de 2008. O projeto prevê a produção de cinco navios avançados tecnologicamente até o ano de 2029. Estima-se que o

Prosub utilizará um total de 37 bilhões de reais em todo seu período de atuação.
(O Estado de S. Paulo – Política – 15/12/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).